

Repito: a Polícia Militar não se envolve com governo algum, ela não trabalha para o governo ‘a’, para o governo ‘b’ ou para o partido ‘x’ ou o partido ‘y’. A Polícia Militar trabalha para a população de São Paulo, ela trabalha dentro da lei.

Sempre digo, principalmente para o pessoal do PT que é louco para falar besteira, que o prefeito de São Paulo Fernando Haddad, que é do PT - aliás, a cidade de São Paulo está abandonada, parece um queijo suíço de tantos buracos que temos nas ruas - tem toda sua segurança feita por policiais militares e tenho certeza de que esses policiais trabalharão com lealdade para o prefeito Fernando Haddad, inclusive arriscando a própria vida se necessário for.

Pergunto aqui publicamente: que outro profissional faz isso: arriscar a vida por pessoas que falam mal dele mesmo? Só nós mesmos, só a Polícia Militar e ainda temos de ouvir as besteiras que ouvimos aqui.

Mas estamos atentos nesta Casa, falando diariamente sobre a nossa Segurança, lembrando novamente ao senhor governador do estado para que olhe com atenção - o deputado Carlos Giannazi falou há pouco das escolas, o que é importantíssimo - seus funcionários públicos, em especial da Educação, da Saúde, da Segurança Pública, enfim, de todas as Secretarias.

Nós gostamos do que fazemos, não é deputado Giannazi, mas temos uma família para sustentar e para isso precisamos de dinheiro e queremos trabalhar com dinheiro honesto porque somos pai de família e cumprimos a lei.

Portanto, faço mais uma vez um apelo ao senhor governador: Senhor Governador, por gentileza, lembre-se dos seus funcionários públicos. Eu no meu caso, peço sempre em favor da Segurança Pública, da Polícia Militar, da Polícia Civil, da Polícia Técnico-Científica, da Administração Penitenciária, que passa uma situação terrível. Trabalhar com presos é uma situação perigosíssima, estressante e não são valorizados. Então peço ao senhor governador para que nos conceda no mínimo um reajuste salarial e se possível um aumento salarial. A situação do País está difícil, sabemos, mas para um pai de família sustentar os seus com dignidade ele precisa ser reconhecido e valorizado inclusive salarialmente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Adilson Rossi. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Marta Costa. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Antonio Salim Curiati. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Beth Sáhão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Marcos Martins. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Wellington Moura. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Caio França. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Gil Lancaster. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Celso Giglio. (Pausa.)

Esgotada a lista de oradores inscritos para falar no Pequeno Expediente, vamos passar à Lista Suplementar.

Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato.

O SR. JOOJI HATO - PMDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente. Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectador da TV Alesp, visitantes, funcionários desta Casa, venho dirigindo a esta cidade imensa, que é a cidade de São Paulo. A Capital, junto com outras 645 cidades deste estado, sofre com muitos problemas.

Eu vi cidades inundadas, cidades debaixo de lama, de águas contaminadas. São Paulo também não é diferente. Chuva esta que invade, principalmente, casas dos mais humildes. Porque eles moram na região mais baixa, na região pantanal.

Os ricos têm um privilégio: escolhem o terreno, moram num lugar mais alto, mais arejado. Mas o pobre, não. O pobre paga pelo preço de ser pobre. Eles têm suas casas invadidas.

A cidade de São Paulo está impermeabilizada. Nos quintais, ruas, estacionamentos, vários lugares, praças, a água de chuva, a água pluvial não têm para onde ir e não ser invadir as casas dos mais humildes, trazendo prejuízos a eletrodomésticos e móveis, trazendo doenças como leptospirose, problemas renais e outras doenças.

É por isso que eu fiz a Lei dos Pisos Drenantes. Você chega na cidade na época de chuva, como pode acontecer na tarde de hoje, como aconteceu na segunda-feira, como aconteceu ontem, na quinta-feira, e em outros dias, engarrafamentos, transtornos no trânsito, árvores que caem sobre os veículos danificam rede elétrica, árvores que não têm mais condição de sobrevida, que não resistem a ventania, a chuva, e trazem prejuízos graves e má qualidade de vida para todos os cidadãos.

É por isso que eu fiz a lei chamada Lei das Plantas Frutíferas, para reestabelecer a cadeia ecológica. Porque quando se constroem prédios, se retiram árvores e pássaros predadores que comem cupim. São os cupins que atacam as árvores e as deixam caírem nos temporais e nas chuvas, trazendo grandes transtornos.

É por isso que o governador Mário Covas colocou o projeto, nas marginais, de plantação de árvores frutíferas. É engraçado que quando eu aprovei isto na Câmara Municipal de São Paulo, o então prefeito, Mário Covas, vetou esse projeto.

Como governador, ele aprovou a plantação de árvores frutíferas, chamada Cidade Pomar, junto com o “Jornal da Tarde”, que é do “Estadão”. Mas esse projeto é meu. Era meu, ele tinha vetado quando era prefeito. Então, o prefeito Jânio Quadros sancionou a lei, porque eu rerepresentei o projeto das árvores frutíferas para atrair os pássaros que são predadores de cupim. E ele, como governador, aplicou o Projeto Pomar.

Então, a gente fica muito feliz com o governador porque reconheceu o erro. Ele tinha vetado o meu projeto, a minha lei enquanto ele era prefeito. E quando ele era governador, aprovou e plantou várias árvores frutíferas nas marginais Pinheiros e Tietê e em outros locais, como também o Jânio Quadros, prefeito.

Então, plantou na Praça da Sé, na Avenida Tancredo Neves, na Bandeirantes, e hoje nós temos até amoras das quais os pássaros de alimentam.

Quero dizer ainda que quando eu, preocupado com a Segurança, aprovei o projeto da moto sem garupa aqui, infelizmente o Executivo vetou. Quanto malefício não faz? Quanto não prejudica a população? Porque assassinarum um delegado no dia em que o governador estava vetando nosso projeto da “moto sem garupa”, aprovado nesta Casa. E fez isso atendendo a uma minoria barulhenta, contra o interesse de uma maioria silenciosa, que quer o projeto. Quando o governador vetou o projeto, um delegado do Sacomã, que estava na Estrada das Lágrimas, indo para São Caetano, onde mora, era assassinado.

Quanto prejuízo estamos tomando. Há alguns dias, assassinaram um investigador em Diadema. Um garupa de moto assassinou, no Campo Limpo, uma pessoa de apenas 28 anos. Levaram o celular, carteira e o deixaram indefeso na rua. E o garupa, que tem um capacete, que é uma máscara, atirou nesse indivíduo impiedosamente, com sentimento de impunidade. Por sorte, foi pego pela polícia, juntamente com o piloto - e quero parabenizar a PM por isso. Ele alegou que a pessoa reagiu, mas as câmeras mostraram o contrário. Câmeras que eu aprovei aqui no plenário para trazermos segurança: trata-se do Projeto

Detecta, que o Executivo está tentando aplicar, fazendo convênio com empresas privadas, com a PM e outras polícias. A ideia é monitorar, através das câmeras de segurança, mostrando aos marginais que não compensa matar e dizer: “ele reagiu, e eu atirei nele”. Não reagiu, não; a câmera de segurança mostrou.

Fizemos várias leis. Quanto à “lei seca” - também conhecida como “do silêncio” e “fecha bar” -, todos me criticavam. Boa parte da mídia me bombardeava, e eu era agredido verbalmente nas ruas. Mas depois de 30 e poucos anos, tenho o reconhecimento do governo, que está colocando no plano diretor essa lei tão benéfica e importante, que aprovamos em São Paulo e depois foi seguida por Diadema, assim como por outras cidades, nas quais aumentaram a segurança e a qualidade de vida. Fico feliz em ser reconhecido, embora tenha sido vítima de parte da imprensa, que chegava até a me arrebanter. Quase perdi a eleição como vereador em São Paulo. Maria Edite, vereadora de Diadema para a qual mandei o projeto, perdeu a eleição.

Mas hoje temos o reconhecimento público, que enaltece o trabalho de qualquer parlamentar. Levamos cacete, mas não importa. Estou levando também agora por conta da minoria barulhenta que está criticando a “lei da moto sem garupa”. Espero que nenhum dos meus críticos seja vítima de garupa de moto, como muitos estão sendo, inclusive policiais militares, delegados, pessoas de bem. Em saídas de banco, 62% dos assaltos são por garupas de moto. Muito obrigado.

- Assume a Presidência o Sr. Jooji Hato.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, eu gostaria de informar a todos que vamos realizar, no próximo dia 22, às 19 horas, uma audiência pública aqui na Assembleia Legislativa, no plenário Teotônio Vilela. Trata-se de uma audiência contra as demissões e contra a Higilimp, uma empresa terceirizada que pediu falência. Deixou os trabalhadores na mão. Não pagou os salários. Não pagou os direitos dos seus trabalhadores. Deu o maior golpe aqui na Assembleia Legislativa, no Metrô, na USP, nos hospitais, na Polícia Militar, no Corpo de Bombeiros e até mesmo em cemitérios de São Paulo.

Não sei como essa empresa consegue vencer licitações em órgãos públicos, porque ela já tem antecedentes extremamente complicados. Agora, pediu falência. Sumiu do mapa e abandonou os seus trabalhadores à própria sorte.

Inclusive, aqui na Assembleia Legislativa não há mais limpeza. Os trabalhadores foram abandonados, praticamente. Não temos mais empresa de limpeza. Não há mais trabalhadores de limpeza. Os servidores da própria Assembleia Legislativa, dos gabinetes e da estrutura burocrática é que estão fazendo a limpeza.

É um absurdo total. O mesmo acontece na USP, no Metrô, nos hospitais. Tive a informação de que no Tribunal de Justiça, também, essa empresa terceirizada estava. É um absurdo. É um crime. Providências devem ser tomadas.

Eu não sei como as procuradorias desses órgãos da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Justiça e de outras secretarias permitem que uma empresa como essa, com uma espécie de ficha corrida, entre e ganhe as licitações. Há alguma coisa errada aí. Alguma coisa no ar está cheirando muito mal. Quem são os proprietários dessa empresa? Não sei se ele tem influências, se ele tem ligações partidárias. Como ele consegue? Isso tem que ser investigado. Não é possível. Agora, o fato é que nós vamos fazer uma audiência pública em defesa dos trabalhadores, em defesa dos funcionários. É uma audiência pública em parceria com o Sindicato dos Metroviários, que é um dos sindicatos mais combativos do Brasil, hoje. É um sindicato que tem feito grandes lutas em defesa dos trabalhadores, aqui, em São Paulo. Tem uma repercussão nacional a luta desse sindicato.

Nós vamos fazer essa audiência pública para defender esses trabalhadores. Nós estamos convidando o Ministério Público e outras entidades. Queremos que haja o esclarecimento e a punição a essa empresa. Os proprietários devem ser punidos rigorosamente, com todo o rigor da legislação, porque estão prejudicando milhares de trabalhadores - e, principalmente, trabalhadores.

Parece-me que a maioria das pessoas contratadas é um público constituído por mulheres. É um público feminino. São mães. São pessoas que sustentam famílias. Já são pessoas com contrato precarizado, que ganham muito mal. As pessoas estão sendo exploradas no seu trabalho. Salários aviltantes são recebidos por essas pessoas.

Além disso, agora, elas foram duramente golpeadas com o não pagamento e, praticamente, com a demissão, porque não há mais a empresa. É um absurdo que até mesmo na Assembleia Legislativa - que é um órgão que deveria fiscalizar - nós tivemos, também, a saída dessa empresa.

Agora, todo esse debate que nós estamos fazendo e essa situação dessa empresa, a Higilimp, tem a ver com um processo de terceirização maior que nos preocupa muito. Quero contextualizar: a tentativa do Congresso Nacional em aprovar o famoso Projeto de lei nº 4330, que amplia as terceirizações no Brasil, permitindo que outras atividades, além da atividade-meio, sejam terceirizadas.

Nós já temos, hoje, milhões de trabalhadores terceirizados na área de limpeza e Segurança, mas o projeto de lei que está tramitando no Congresso Nacional vai mais longe. Ele autoriza também a terceirização da atividade-fim. Ou seja, se o projeto for aprovado, nós vamos ter um aumento da precarização dos contratos e dos trabalhadores. Por isso, nós somos contrários e estamos mobilizados em todo o Brasil, para que esse PL nº 4330 não entre em votação.

Nós sabemos que o governo federal está preparando um ajuste fiscal. A pauta conservadora e a reforma da Previdência são contra os trabalhadores. Tudo o que vem do Governo é contra os trabalhadores. A reforma tributária é contra os trabalhadores, bem como a volta da CPMF.

É um absurdo o que está acontecendo. Estão todos convidados. Vamos aprofundar o debate em torno dessa empresa para investigar, pedir providências, exigir providências em relação ao caso, para que os trabalhadores não sejam punidos e para que a USP, a Assembleia Legislativa e os hospitais paguem esses trabalhadores.

A Assembleia Legislativa é responsável, vai ter que pagar o salário desses trabalhadores. Ela terceirizou e também é participante, solidária. A audiência pública será realizada no próximo dia 22, segunda-feira, às 19 horas, no plenário Teotônio Vilela. Estão todos convidados.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, quero dizer que protocolamos na quarta-feira passada uma representação no Ministério Público Estadual, pedindo providências em relação à orientação que o estado está dando está dando para todas as secretarias, através de um comunicado de uma comissão da Secretaria de Saúde. Refiro-me aqui ao Comunicado nº 1, de 2015, da Secretaria de Saúde.

Às vezes a pessoa sofre um acidente e ela tem que emergencialmente se afastar do trabalho. Ela fica internada no hospital e não pode fazer a perícia. Ela pede, faz o encaminhamento e depois ela faz a perícia. A perícia é agendada e, cada vez mais, essas perícias estão demorando, por culpa do próprio estado.

A falta de organização e de estrutura do estado levam a essa situação. Por exemplo, uma pessoa que pede uma perícia médica hoje só será examinada dentro de 30, 40, 50, 60 dias. É um verdadeiro absurdo. Porém, nesse tempo todo em que ela fica afastada do trabalho, ela não recebe. Ela vai ter desconto e falta injustificada. Essa é a orientação da Procuradoria Geral do Estado e também da Secretaria da Saúde, que solta esse comunicado perverso, atacando a dignidade dos servidores que estão adoecendo.

Ou seja, o servidor vai ter falta injustificada em sua licença médica até a realização da perícia. Isso é um contrassenso. Nós ingressamos com uma representação no Ministério Público para que isso não aconteça.

O trabalhador que pede licença médica está doente. A culpa é do estado, o trabalhador, o servidor público não é culpado da incompetência do estado. Se ele entra com um pedido de perícia médica, ela deve ser realizada imediatamente. Porém, o estado não investe e trata com descaso os servidores.

Já denunciamos isso exaustivamente aqui em muitos momentos. Inclusive já pedimos até uma CPI para investigar o departamento de perícias médicas, que é considerado hoje a “casa dos horrores”. Há muitas denúncias contra o departamento de perícias médicas do estado de São Paulo, em relação ao seu péssimo funcionamento, à falta de publicações, e ao assédio moral que tem sido promovido lá dentro, prejudicando ainda mais os nossos servidores.

Todos conhecem aqui as denúncias. Inúmeros deputados e deputadas recebem denúncias contra o mau atendimento do departamento de perícias médicas, a incompetência administrativa. Não por conta dos funcionários, eles estão fazendo o que podem lá, mas há poucos funcionários, poucos médicos. A falta de estrutura leva a essa situação caótica do departamento de perícias médicas. Se um pedido é feito hoje, só dentro de 60 dias é feita a perícia médica.

Queremos que o Ministério Público tome providências, que abra um inquérito civil - porque isso já virou um caso de polícia - para investigar o departamento de perícias médicas, e também para contestar essa decisão injusta, desumana e perversa do governador Geraldo Alckmin essa interpretação nefasta do Sr. Procurador Geral do Estado, Sr. Elival, que encaminha um parecer como esse contra a dignidade humana dos servidores, dando falta injustificada para os servidores que estão de licença médica até a realização da perícia. É um absurdo.

Se um trabalhador, um professor, tem uma consulta médica no Hospital do Servidor Público Municipal, no Iamsp, e imediatamente ele é afastado do trabalho com o atestado médico por ser um caso grave, vai ter faltas injustificadas até a realização da perícia médica. O trabalhador quer fazer perícia médica imediatamente, mas ele entra com o pedido e é chamado daqui a 50 dias. Ele não pode ter esse prejuízo porque a culpa não é dele. É essa a orientação que o governo está dando para as secretarias.

Estamos acionando o Ministério Público porque já apelamos para o governo, já acionamos comissões na Assembleia Legislativa, e nada funciona. O governo está tripudiando os direitos e a dignidade dos servidores estaduais. Não vamos mais perder tempo com comissões permanentes da Assembleia Legislativa, que são todas controladas pelo governo. Já perdemos tempo apelando ao governador, ao secretário de gestão, ao PGE. Vamos tentar judicializar essa questão e é por isso que estamos pedindo ao Ministério Público que saia em defesa da dignidade dos servidores estaduais na questão da licença saúde.

É um absurdo o governo dar falta injustificada para um funcionário público que está adoecendo, que está internado ou que está fazendo tratamento médico, enquanto a perícia médica não é realizada. Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a Sessão Ordinária de segunda-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a presente sessão.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 12 minutos.

22 DE FEVEREIRO DE 2016 12ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: CARLOS GIANNAZI, EDSON GIRIBONI, JOOJI HATO e ORLANDO BOLÇONE

Secretário: CORONEL TELHADA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CARLOS GIANNAZI Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CARLOS NEDER

Anuncia convite para reunião, realizada no dia 18/02, com o fito de avaliar dados relativos a contratos de gestão, firmados pela Secretaria Estadual de Saúde. Acrescenta que compete à comissão de fiscalização constituída também analisar outras Pastas. Clama ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo que informe a este Parlamento os dados globais relativos à gestão de Organizações Sociais.

3 - WELSON GASPARINI

Parabeniza a CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, pela defesa de ações administrativas em prol do saneamento básico. Aduz que há cerca de 100 milhões de pessoas, no Brasil, não amparadas pela consecução do direito. Defende maior aporte financeiro a ser aplicado na coleta de esgoto. Cita relatório a afirmar que a questão somente deve ser solucionada por volta de 2050.

4 - EDSON GIRIBONI

Assume a Presidência.

5 - JOOJI HATO

Assume a Presidência e parabeniza a cidade de São Pedro pela data comemorativa de seu aniversário.

6 - CARLOS GIANNAZI

Crítica o Governo do Estado por ampliar praças de pedágios no Estado. Afirma que as empresas concessionárias financiam as campanhas eleitorais posteriores à assinatura de contratos com o Poder Público. Conclama a população a promover manifestações contra a medida. Cita rodovias que serão acometidas pela política anunciada. Clama a seus pares que demonstrem descontentamento com o que foi proposto.

7 - CORONEL TELHADA

Comenta a liberdade concedida ao senador Delcídio do Amaral. Lamenta a manutenção dos benefícios à autoridade. Clama ao parlamentar que cumpra a ameaça de declinar o nome de autoridades envolvidas em corrupção, caso tenha o mandato cassado. Lamenta o assassinato do sargento Júlio César Zorzete de Almeida, no município de Itirapina. Informa que o capitão Marcos Henrique da Silva fora alvejado nesse final de semana mas socorrido a contento. Anuncia a visita de Osmar Donizete, presidente do PP de Várzea Paulista.

8 - ORLANDO BOLÇONE

Repercuta notícia acerca da conquista da Famerp -Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, pelo desempenho na avaliação do curso. Afirma que a instituição coloca-se entre as 15 melhores do Estado. Tece considerações acerca da obrigatoriedade do exame nacional a evidenciar a qualidade dos docentes e dos alunos. Enaltece a importância do Hospital de Base da citada cidade.

9 - EDSON GIRIBONI

Crítica o Ministério da Saúde por não disponibilizar medicamentos contra a hepatite C. Lê e comenta artigo a respeito do tema. Assevera que a maioria da população brasileira não detém de recursos que permitam financiar sua saúde. Requer à Presidência da República a tomada de providências.

10 - ORLANDO BOLÇONE

Assume a Presidência.

11 - JOOJI HATO

Elenca problemas que assolam a sociedade brasileira. Destaca consequências advindas da crise econômica. Lamenta o falecimento de delegado assassinado no dia em que o Poder Executivo vetou a lei da "moto sem garupa". Tece considerações acerca do risco de enchentes, na atual estação. Defende o uso dos pisos drenantes, a fim de combater a impermeabilização dos solos. Manifesta-se favorável à plantação de árvores frutíferas, com o propósito de atrair pássaros predadores de cupins.

12 - EDSON GIRIBONI

Assume a Presidência.

13 - CARLOS GIANNAZI

Afirma que há sucateamento e degradação do ensino, no Estado. Lamenta notícias a respeito de desvios da merenda escolar e o fechamento de mais de 1200 salas de aula da Rede Estadual de Ensino. Acrescenta que faltas injustificadas têm sido atribuídas a servidores em licença médica, enquanto aguardam a perícia. Exibe e comenta vídeo de professor formado pela PUC de Campinas, que lecionava em Limeira, levado a cometer suicídio provavelmente em razão da não concessão da licença para tratar da saúde. Responsabiliza o Governo do Estado pelo ocorrido.

GRANDE EXPEDIENTE

14 - CARLOS GIANNAZI

Pelo art. 82, discorre sobre o sucateamento das escolas estaduais e a reorganização das mesmas. Menciona a escola José Borges Andrade, que apesar de ter passado pelo processo de reorganização, não possui merenda escolar para as crianças e nem quadra para aulas de Educação Física. Exibe matéria sobre esta escola, divulgada hoje no “SP TV”. Pede providências do governo estadual. Informa ter assinado o pedido de CPI para investigar a máfia da merenda escolar. Pede que o Ministério Público Estadual investigue esta escola. Convida para audiência pública, hoje à noite, com funcionários da empresa Higilimp.

15 - CARLOS GIANNAZI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

16 - PRESIDENTE EDSON GIRIBONI

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 23/02, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Giannazi.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido a Sr. Deputado Coronel Telhada para, como 1º Secretário “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - CORONEL TELHADA - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Tem a palavra o primeiro orador inscrito para falar no Pequeno Expediente nobre deputado Carlos Neder.

O SR. CARLOS NEDER - PT - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, finalmente o deputado Gil Lancaster e eu fomos chamados para uma reunião da Comissão de Fiscalização dos Contratos de Gestão das Organizações Sociais.

Esta reunião foi realizada no dia 18 de fevereiro e analisou os dados referentes ao segundo e terceiro trimestres de 2015, portanto dados que chegam apenas até o mês de setembro. Os dados relativos ao último trimestre de 2015 ainda não foram objeto de apreciação por essa comissão.

Digo isso porque solicitei na reunião que a Secretaria de Estado da Saúde nos informe sobre as datas em que foram realizadas as reuniões anteriores, bem como nos forneça as respectivas Atas.

Quero aqui ressaltar que observamos que, infelizmente, as reuniões não são gravadas e entendo que, para que haja uma maior participação do Poder Legislativo estadual, é necessário que elas sejam gravadas e que as Atas não sejam sucintas, mas detalhadas, contendo a avaliação e as propostas trazidas pelos membros dessa comissão que avalia os contratos de gestão firmados pela Secretaria de Estado da Saúde.

Esta comissão é composta de 12 membros, com direito a dois representantes da Assembleia Legislativa, no caso o deputado Gil Lancaster e eu.

São membros da comissão: Dr. Haino Burmester, Professora Dra. Hillegonda Maria Duthil Novaes, Prof. Dr. Oswaldo Yoshimi Tanaka, Dr. Antonio Carlos Onofre de Lira, Dr. José Roberto Ferraro, Dr. Mikio Moriwaki, Dr. Reinaldo Noboru Sato, Prof. Dr. Emilio Carlos Curcelli, deputado Carlos Neder, deputado Gil Lancaster, Sra. Glória de Almeida Saraiva Massoni e Sr. Mauri Bezerra dos Santos Filho.